



Relatório

Visita oficial a perímetros irrigados de Angola realizada de 6 a 13 de Janeiro de 2019

Janeiro de 2019



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Relatório elaborado por:

José Pombo, Engenheiro Agrónomo

Chefe de Divisão do Regadio - DGADR



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural



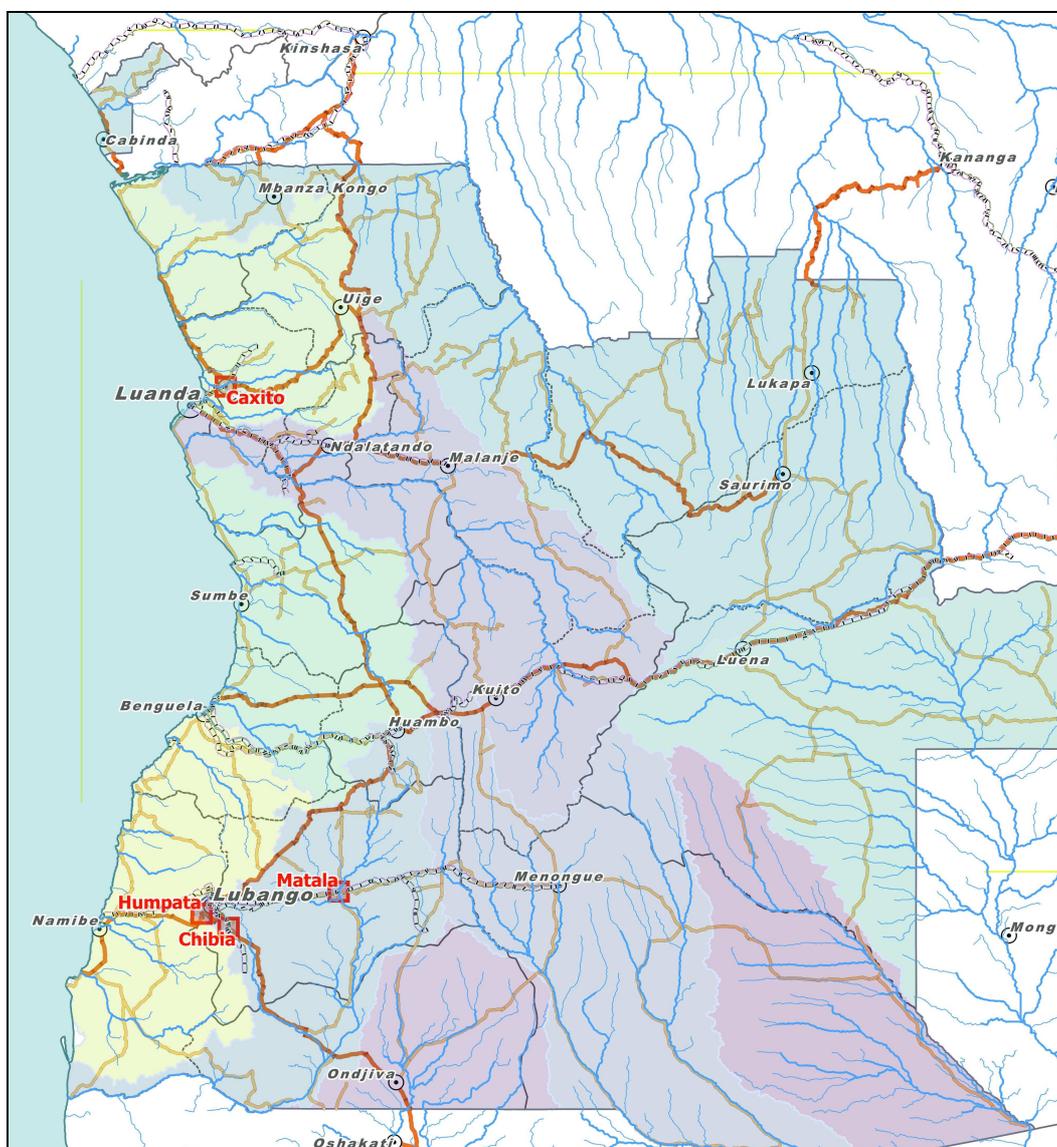
REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Visita a Perímetros Irrigados de Angola

No âmbito da visita oficial realizada a Angola, de 6 a 13 de Janeiro de 2019, a convite do Ministério da Agricultura e Florestas, foram visitados 4 perímetros irrigados, a saber: Caxito; Humpata; Gangelas e Matala.

Estes perímetros são geridos, respectivamente pela Sociedade Caxito Rega, S.A., pelo Gabinete para o Desenvolvimento Agrícola de Humpata, pela Sogangelas, S.A. e pela Sodemat, S.A., que são sociedades anónimas de capital misto, com participação maioritária do Estado, o qual é representado nas mesmas pela Sociedade para o Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados (SOPIR).



Localização dos perímetros visitados

Perímetro Irrigado do Caxito

Na segunda-feira, 07 de Janeiro de 2019, foi efectuada a visita ao perímetro do Caxito, localizado na província do Bengo, no município de Caxito, a 60 km a nordeste de Luanda, acompanhada pelo Eng.º Hermenegildo Keane dos Santos, do Ministério da Agricultura e Florestas de Angola, e pelo Eng.º José Manuel Baptista e Eng.º Paulo Tembo, ambos da SOPIR, tendo sido recebidos pelo Dr. André Neto, responsável pelo departamento de contabilidade da Sociedade Caxito Rega e pelo Engenheiro Agrónomo Robertinho Chocanaia da área técnica.

Foi efectuada, em linhas gerais, uma apresentação do perímetro de rega, evidenciando as suas principais características, obras de reabilitação e constrangimentos existentes.

O perímetro actual é gerido, desde que entrou em exploração, no início de 2009, pela Sociedade Caxito Rega, SA, sociedade de capitais mistos em que o Estado Angolano, representado pela SOPIR, tem uma participação maioritária, com 70 % das acções, sendo intenção que, no futuro, o Estado passe a ter uma posição minoritária.

O Perímetro do Caxito tem uma área total de 4 620 ha. É abastecido a partir de um canal principal com cerca de 23 km de extensão e 20 tomadas de água, com origem num açude que faz a derivação da água do rio Dande.

Ao abrigo da cooperação com a China foi iniciada em 2004-2005 a reabilitação de 2 500 ha, a qual incidiu, no essencial, no revestimento do canal principal e da rede de distribuição à parcela, tendo sido as bocas de rega equipadas com electrobombas e contadores, instalados imediatamente a jusante destas.

A distribuição da água para rega é efectuada em gravidade sendo pressurizada apenas à entrada das parcelas através das referidas electrobombas.

A reabilitação iniciou-se com uma área piloto de 400 ha, na qual foi disponibilizada assistência técnica aos agricultores no que se refere às novas tecnologias de rega.



Açude no rio Dande

A totalidade da área reabilitada (2 500 ha) foi dividida em parcelas de 2,5, 5 e 20 ha, sendo estas últimas subdivididas em áreas de 10 ha em resultado das electrobombas instaladas debitarem um caudal máximo que não permitia regar os 20 ha de forma adequada.

Nessa área foram definidas 333 parcelas, tendo sido contudo instalados 370 agricultores, fruto da situação descrita da subdivisão das parcelas de 20 ha.

A área ocupada pelas parcelas maiores representa 36% desta área.

Dos 2 500 ha reabilitados, estão em plena produção 1 200 ha, havendo a intenção de ampliar essa área, a curto prazo, em 260 ha. Mesmo assim, cerca de 1 000 ha não estão a regar, o que traduz uma taxa de adesão ao regadio de cerca de 58%, que é relativamente baixa.

A expansão da área de rega para a restante área do perímetro prevê a captação de água na vala principal de drenagem, dado que já não é dominada pelo canal de rega.

A principal cultura do perímetro é a bananeira (sendo os principais produtores as empresas Novagrolider e Turiagro), a qual ocupa mais de 80% da área, e por hortícolas e algumas frutícolas, havendo a intenção de aumentar a produção de tomate.

São exportadas 130-150 mil toneladas, sendo 6 mil toneladas para Portugal.

Os agricultores, além dos emolumentos relativos aos contratos de arrendamento celebrados (em Angola a terra é propriedade do Estado), pagam uma taxa pela água e energia designada de taxa de contribuição, que constitui uma receita da sociedade gestora.

Os contratos têm a duração de 15-20 anos, pretendendo-se actualmente reduzir esse prazo para 5 anos renováveis, caso o agricultor demonstre possuir os requisitos necessários, o que permitirá um combate mais eficaz ao abandono das terras e ao não cumprimento dos padrões de rendimento expectáveis com a irrigação.

Um dos principais estrangulamentos observados na gestão deste perímetro prende-se com o facto dos encargos necessários para a conservação das infra-estruturas só serem cobertos numa parte muito reduzida pelas receitas provenientes das taxas cobradas.



Canal Principal

Importa salientar que os valores determinados para as taxas no Regulamento dos perímetros não foram ainda aprovados pelo ministro competente, pelo que as entidades gestoras têm muita dificuldade em proceder à sua cobrança, dada a ausência do necessário enquadramento legal.

Tal situação impede que as intervenções prioritárias se realizem, como é o caso da limpeza do canal principal, o qual embora esteja em bom estado de conservação, se encontra bastante assoreado e obstruído com alguma vegetação, o que reduz significativamente a sua capacidade de transporte e dificulta a entrega de água às tomadas de jusante.

Essas dificuldades financeiras também têm impedido os trabalhos necessários para a recuperação da estrutura de regulação de níveis de água, designada por “bico de pato” e respectiva comporta, localizada na tomada de água 19 do canal, que foi destruída aquando da limpeza de vegetação desse troço, não permitindo a derivação da água para a tomada de água que alimenta as parcelas da zona.

As múltiplas utilizações observadas ao longo do canal pela população tais como, banhos para higiene pessoal e lavagem da roupa, loiça e veículos, prejudicam a qualidade da água e podem provocar entupimentos nos equipamentos e gotejadores da rega por micro aspersão.



Estrutura de regulação do canal destruída



Vala de drenagem

Os actos de vandalismo que se têm verificado através da destruição, quer dos postos de transformação que fornecem a energia às electrobombas quer dos contadores, são também impeditivos da rega ou da medição dos volumes consumidos pelos agricultores.

Há também o caso de agricultores que não se adaptam a regar por micro aspersão, colocando em dúvida que os caudais que lhe são distribuídos, quando comparados com a rega por gravidade a que estavam habituados, são suficientes para regar em condições as suas culturas, induzindo-os a vandalizarem, eles próprios, os equipamentos.

Houve contactos com dois agricultores, um de pequena dimensão e um grande, a empresa Novagrolider, para auscultar a sua opinião quanto ao funcionamento do perímetro de irrigação do Caxito.

O pequeno agricultor que era abastecido pela tomada de água 19 do canal queixava-se exactamente de ter muita dificuldade em que a água chegasse à parcela, o que resulta da situação acima descrita e que se resolverá, em parte, com a reconstrução daquela estrutura de regulação.

O grande agricultor não tinha críticas a fazer quanto ao funcionamento do perímetro, apenas lamentou a dificuldade das grandes superfícies lhe pagarem atempadamente os seus produtos, o que sai fora do âmbito desta visita.

Um aspecto, também realçado pelos técnicos presentes tem a ver com a necessidade de ter uma rede de drenagem funcional, com as valas devidamente limpas, pois os solos são argilosos de textura fina, apresentando problemas de excesso de água em períodos de maior precipitação.

De sublinhar que as valas se encontram bastante obstruídas com vegetação, em especial a vala principal.

No dia 8 de Janeiro, terça-feira, após viagem de avião de Luanda para Lubango, foram realizadas reuniões, respectivamente, com a Directora Provincial da Delegação de Agricultura e Pecuária, Dr.^a Mariana Soma, e com a Administradora Municipal de Humpata, Dr.^a Paula de Jesus Nassone, para apresentar cumprimentos e transmitir o objectivo das visitas aos perímetros irrigados de Humpata, Gangelas e Matala, localizados na província de Huíla.

Na reunião com a Administradora de Municipal de Humpata, procurou sensibilizar-se o município para a importância de dar todo o apoio técnico possível ao Gabinete de Desenvolvimento Agrícola de Humpata, que esteve representado na reunião pelo seu responsável técnico, o Eng.^o Yosso Luís, tendo a Administradora referido a exiguidade do quadro de pessoal e as dificuldades actuais em proceder a novas contratações.

Este apoio é tanto mais justificável, quando na sequência da política de descentralização iniciada em Angola, o município terá responsabilidades acrescidas na conservação das infra-estruturas do perímetro irrigado a par do interesse para a região dos seus técnicos agrícolas darem apoio aos agricultores numa perspectiva de extensão rural, capacitando-os para utilizarem as melhores práticas agrícolas e dando formação no sentido de os tornar receptivos à adopção de métodos de rega mais modernos e eficientes.

A visita aos perímetros de Humpata, Gangelas e Matala foi acompanhada pelo Eng.^o Hermenegildo Keane dos Santos, pelo Eng.^o José Manuel Baptista e pelo Sr. Pedro Ventura, administrativo da SOPIR na região.

Perímetro Irrigado de Humpata

Esta visita, realizada em 8 de Janeiro de 2019, foi conduzida pelo Eng.º Yosso Luís, do Gabinete de Desenvolvimento Agrícola, a entidade responsável pela implementação do perímetro, e contou com a presença do Dr. Nelson, administrador adjunto do município de Humpata, além dos habituais elementos da comitiva.



Barragem das Neves



Bifurcação do canal

O perímetro irrigado de Humpata localiza-se no município de Humpata, província de Huíla, a cerca de 50 km a sudoeste de Lubango. Tem a sua origem de água na barragem das Neves, no rio Tchimpumpunhime, construída em 1968 e reabilitada em 1992, não tendo desde essa data sido submetida a quaisquer obras de manutenção.

É uma barragem de alvenaria em arco com uma capacidade de armazenamento total de 6.4 milhões de m³, que no momento da visita apresentava um armazenamento muito inferior, em resultado da fraca precipitação que tem ocorrido na região e do grande assoreamento que se verifica na albufeira.

Esta barragem encontra-se em mau estado de conservação e carece de uma reparação muito urgente, registando infiltrações e percolações significativas através das muitas fissuras existentes no seu corpo, que apresenta no paramento de jusante sinais evidentes de eflorescências, que são depósitos de sais, que conduzem à meteorização dos materiais provocando a sua degradação, pondo em risco a segurança da barragem.

A tomada de água a jusante onde é efectuada a derivação de água para o canal de irrigação também se encontra muito degradada necessitando de reabilitação.

O perímetro de rega da Humpata tem cerca de 1 400 ha, dos quais, nesta fase, são beneficiados pelo regadio 531 ha, abrangendo 10 agricultores. A restante área, com mais de 90 agricultores, não é abastecida directamente pelo canal, pelo que não proporciona as necessárias condições de rega, ao nível da quantidade e da garantia de fornecimento.

A principal produção é de citrinos, seguida das hortícolas.



*Troço do canal destruído
Solução provisória com tubos PVC*

Trata-se de uma rede de irrigação em que a distribuição de água é efectuada graviticamente através de canais, com 33 km de comprimento, e da construção de 3 reservatórios com a capacidade conjunta de 45 000 m³. É um sistema antigo em que a entrega de água às parcelas agrícolas é efectuada sem medição de volumes. Os canais não se encontram em mau estado de conservação, exceptuando um troço de cerca de 15-20 m, sobre uma passagem hidráulica, em que a sua secção foi completamente destruída, em resultado de fortes precipitações ocorridas em 2016, que geraram caudais que excederam a capacidade de vazão do aqueduto. Foi adoptada uma solução provisória através da colocação de tubos de PVC, assentes em cavaletes de madeira, que suscitam vários problemas, como seja tratar-se de um material que resiste mal à acção dos raios ultravioletas, os apoios serem pouco resistentes e os referidos tubos não assegurarem o transporte do caudal do canal, criando problemas de abastecimento de água a jusante.

Dado que não é possível efectuar a medição dos volumes a entidade gestora faz a cobrança das taxas por estimativa em função do tempo de rega.

Assim, um dos principais estrangulamentos observados é a falta de receitas para fazer face à construção das infra-estruturas necessárias para levar a água a toda a área do perímetro e para as despesas de manutenção e conservação das infra-estruturas existentes, mesmo excluindo a barragem.

Outro problema é o insuficiente caudal dos canais, em resultado do reduzido volume de água armazenado na albufeira da barragem das Neves, que não permite fornecer a água necessária para a rega das parcelas agrícolas.

No dia 9 de Janeiro de 2019, quarta-feira, com o propósito de apresentar cumprimentos e dar a conhecer o objectivo da nossa visita ao perímetro de Gangelas, houve uma reunião com o Administrador Municipal de Chibia, Dr. Cunha Velho, o Eng.º Hermenegildo Keane dos Santos, o Eng.º José Manuel Baptista, a Eng.ª Josefa Pereira dos Santos Silva, Presidente do Conselho de Administração da Sogangelas, o Eng.º Manuel José, responsável técnico, e Luís Pedro, técnico de mecânica e electricidade, ambos da Sogangelas.

Perímetro Irrigado de Gangelas

A visita a este perímetro, realizada no dia 9 de Janeiro de 2019, teve início na sede da Sogangelas, em Chibia, onde a Eng.^a Josefa dos Santos Silva fez uma descrição das principais características do perímetro e dos estrangulamentos existentes.

O perímetro localiza-se a 45 km a sudeste de Lubango, no município de Chibia, na província de Huíla.

A Sogangelas, criada em 2008, tem por objecto social a gestão, a administração das infra-estruturas e dos recursos solo e água, bem como a implementação e gestão dos pólos agro-industriais e agro-pecuários do perímetro irrigado de Gangelas.

A barragem de Gangelas, no rio Tchimpumpunhime a jusante da barragem das Neves, que constitui a origem de água do perímetro de Gangelas. Foi concluída em 2005, em betão, e está em bom estado de conservação, tendo a capacidade total de 3.5 milhões de m³ e uma altura máxima de 30 m. Todavia, a galeria não é limpa há 4 anos e a escala limnimétrica (régua) para medição dos níveis de água na albufeira está danificada.

A água é encaminhada para uma mini-hídrica, onde é turbinada para produção de energia, sendo depois lançada no leito do rio até um açude de betão onde é derivada para os canais 1 e 4 (os canais 2 e 3 derivam do primeiro), seguindo para a estação de bombagem que a eleva para um reservatório, após o que é entregue num canal para ser conduzida em gravidade. Convém salientar que a mini-hídrica não está a funcionar devido a actos de vandalismo que levaram à destruição de elementos da rede de transporte de energia, enquanto a estação de bombagem está inactiva devido à falta de combustível para alimentar os grupos motobomba.



Barragem de Gangelas



Mini-hídrica



Canal de rega n.º 1



Estação de bombagem

O perímetro tem uma área total de 6 220 ha, sendo a área irrigada actual de 1 520 ha, equipada com sistemas de rega por micro aspersão e de gravidade. O programa de irrigação está previsto ser implementado em 3 fases: área piloto; 2.ª fase e área de expansão.

A 1.ª fase (área piloto) tem 429 ha de superfície total e 358.6 ha de área útil irrigada, tendo sido dividida em 38 lotes de 2.6, 5.2 e 25.2 ha. Foi equipada com 38 unidades de bombagem de lote (UBL) alimentadas por 8 geradores.

Todavia, devido à crise financeira dos últimos anos, não tem havido verbas para o gásóleo necessário ao funcionamento da estação de bombagem que assim, não tem elevado a água para o reservatório, onde tem origem o canal que alimenta a área piloto, cujas culturas têm sido muito afectadas, com imensas árvores a morrerem ou a definharem. Importa referir que a estrutura do próprio tanque elevado, com a capacidade de 8 300 m³, apresenta fissuras na laje por ter estado vazio durante longos períodos.

Por outro lado, algumas falhas na aplicação dos critérios de atribuição dos lotes e o comportamento inadequado de certos agricultores que abandonam as parcelas, tem levado ao redimensionamento das parcelas existindo agora 48 agricultores.

A 2.ª fase tem a área de 513.2 ha, sendo 469.4 úteis, distribuídos por 138 lotes de 2.6, 5.2, 12.6 e 25.2 ha. É uma zona em que a maior parte das parcelas é detida por habitantes locais que não aderem com facilidade ao programa de irrigação, dizendo que pretendem aderir, apenas com o receio de perderem as terras, pois não têm as condições necessárias financeiras e técnicas para cumprirem os requisitos exigidos pelo programa.

Também na área correspondente a esta fase foi efectuado o redimensionamento das parcelas tendo sido elaborado um programa para revitalização dos lotes subaproveitados, que aguarda decisão superior, uma vez que era necessário o reforço financeiro da sociedade gestora.

A área de expansão com 525.2 ha de superfície agrícola útil não está dividida em lotes, nem tem o sistema de rega instalado, sendo beneficiada pelo canal 2. É uma área complicada, em virtude de estar ocupada por habitantes locais que reclamam a sua posse.

Nesta área, instalou-se a empresa JARDIM DE IOBA, numa parcela de cerca de 50 ha, destinada à produção de citrinos e que se pretende seja uma empresa âncora do perímetro de Gangelas, dinamizando o seu melhor aproveitamento, tendo o seu técnico, Eng.º Saraiva, manifestado todo o interesse em que a empresa assumisse, futuramente, uma maior participação na gestão deste perímetro.

Há também inúmeros actos de vandalismo e roubo que levaram à destruição de muitas Unidades de Bombagem de Lote nas áreas da 1.ª e 2.ª fases, não permitindo a rega das parcelas.

As principais culturas do perímetro são as frutícolas com 60%, os cereais com 15%, as raízes e tubérculos com 15% e as hortícolas com 10%.

De registar a especial aptidão que esta região de Angola apresenta para as frutícolas, em especial citrinos, dado que tem amplitudes térmicas acentuadas com as mínimas relativamente baixas, muito favoráveis para o grau brix e a coloração do fruto.

Assim, os principais estrangulamentos deste perímetro são a escassez de recursos financeiros para a aquisição de combustível necessário à estação de bombagem, manutenção e reabilitação das infra-estruturas degradadas e reparação ou substituição dos equipamentos roubados e/ou vandalizados, medidas sem as quais não é possível irrigar uma vasta área do perímetro que, assim, permanece largamente subaproveitado.

A situação da mini-hídrica devia também merecer uma particular atenção, dado que se estivesse em condições de funcionar produziria energia eléctrica que constituiria uma receita da Sogangelas.

A não cobrança de taxas também representa uma grande limitação financeira para esta entidade gestora, mas é evidente que nestas circunstâncias, sem se poder regar, não há condições para aplicar taxas aos agricultores.

No dia 10 de Janeiro de 2019, quinta-feira, com o propósito de apresentar cumprimentos e dar a conhecer o objectivo da nossa visita ao perímetro de irrigação, houve uma reunião com o Administrador Municipal de Matala, Dr. Miguel Vicente, que contou com a presença do Eng.º Hermenegildo Keane dos Santos, Eng.º José Manuel Baptista, Dr. António da Costa e Eng.º Lopes Caluete, sendo estes últimos, respectivamente, Administrador da Área Financeira e Chefe do Departamento Técnico da Sodemat, sociedade gestora do perímetro de Matala.

Perímetro Irrigado de Matala

A visita ao perímetro irrigado de Matala, realizada em 10 de Janeiro de 2019, foi conduzida pelo Dr. António da Costa e pelo Eng.º Lopes Caluete.

Este perímetro irrigado tem sido gerido desde 2006 pela Sociedade Sodemat. Localiza-se no município de Matala, na província de Huíla, a 180 km a nascente de Lubango.

A barragem de Matala, no rio Cunene, foi construída na década de 50 do século XX e reabilitada em 2002 e mais recentemente em 2015, tendo a capacidade total de 90 milhões de m³, altura máxima de 20.28 m e comprimento do coroamento de 1.035 m.



Barragem de Matala

A reabilitação incidiu obras estruturais em 8 dos 35 pilares que compõem a barragem, nos respectivos equipamentos e na ponte rodoviária.

Esta barragem alimenta o canal principal do perímetro irrigado de Matala, de secção trapezoidal, com cerca de 43 km de comprimento e uma capacidade de transporte de 5.06 m³/s.

O perímetro tem a área total de 10 732 ha. A área irrigada, maioritariamente por gravidade, é de 6 831 ha, repartida por 18 sectores, sendo a área de expansão, ainda não beneficiada pela rega, de 3 901 ha.

Foi dividida em 555 lotes distribuídos do seguinte modo: 211 de 2.5 ha; 179 de 5 ha e 165 de 25 ha.

A área piloto tem 450 ha e está equipada com unidades de bombagem de lote (UBL) que possibilitam a rega por micro aspersão e gota a gota.

O canal necessita de reabilitação, apresentando muitas fissuras que conduzem a significativas perdas de água, criando dificuldades à irrigação dos lotes. De igual modo, o rio Cunene tem registado caudais muito baixos em consequência da reduzida precipitação que tem ocorrido na região nos últimos meses. Esta situação, além de diminuir consideravelmente os caudais aduzidos ao canal principal, aumentando a dificuldade da água chegar, em especial, aos troços de jusante, também conduz a frequentes falhas de energia na rede, em virtude dos volumes turbinados na central hidroeléctrica serem



Fissuras no canal

muito inferiores, o que impede os agricultores, nomeadamente os agricultores da área piloto, de utilizarem devidamente os seus equipamentos de bombagem.

Em consequência das perdas de água no canal e da dificuldade de dispor de caudais suficientes em vários dos seus troços, foi projectada a construção de 2 estações de bombagem no rio Cunene, aos km 5 e 19 para reforço dos caudais do canal. Importa salientar que foi iniciada a construção da estação situada no km 19, obra que, no entanto, foi suspensa, dado estar a aguardar financiamento, tendo o edifício já sido vandalizado. A sociedade gestora entende que, ainda mais importante do que estas duas estações de bombagem, é a construção de uma terceira, mais a jusante, no km 32, onde os caudais circulantes no canal são bastante reduzidos.



*Troço inicial do canal principal
Conjunto de módulos*

De salientar, que as áreas que não confinam com o canal têm muita dificuldade em regar, pois os canais secundários encontram-se bastante danificados e obstruídos.



Tomada de água do canal secundário. Secção bastante degradada

O presidente de uma cooperativa local contactado referiu o problema do mau estado de conservação do canal principal e a degradação dos canais secundários, tendo manifestado o interesse em que a área regada fosse expandida, através, quer do prolongamento do canal quer da construção das estações de bombagem para reforço dos caudais disponíveis.

As principais culturas do perímetro são o milho e a batata rena, seguidos das hortícolas.

Foi concluída em 2012 uma unidade de transformação de tomate que acabou por nunca funcionar e que poderia ser um instrumento crucial para dinamizar a produção de tomate no perímetro da Matala. De igual

modo, se afigura desejável encontrar uma solução que permita voltar a utilizar os silos existentes, com uma capacidade de armazenagem de 12 000 toneladas de cereais, e que estão inactivos. A sociedade gestora refere que não tem recursos para assegurar o funcionamento dos silos e, por outro lado, o regulamento do perímetro não lhe permite entregar a sua exploração a uma entidade que tenha os meios técnicos e financeiros requeridos.



Unidade de bombagem de lote e contador volumétrico



Estação de bombagem vandalizada ao km19 do canal



Unidade de transformação de tomate que nunca entrou em laboração

Assim, afigura-se que os principais estrangulamentos do perímetro irrigado da Matala, são o mau estado de conservação do canal principal, com muitas perdas de água através das fissuras existentes e os insuficientes volumes que têm sido fornecidos ao canal nos últimos meses.

Julga-se que com a reabilitação da estrutura da barragem e dos seus equipamentos esta situação seja resolvida, em especial quando a precipitação regressar à normalidade.

No entanto, é preciso existirem recursos financeiros para proceder à reabilitação do canal principal e dos secundários e para construir as estações de bombagem previstas que se revelam indispensáveis para fornecer os caudais necessários para a irrigação, designadamente, nos sectores mais a jusante.

De relevar, que devido às dificuldades que os agricultores têm tido para regar, não tem sido possível cobrar as taxas previstas pela utilização da água, privando a sociedade gestora de receitas fundamentais para o exercício das suas competências.

A resolução dos problemas existentes com a unidade de transformação de tomate e com a exploração dos silos, também se considera prioritária.

No dia 11 de Janeiro de 2019, após a viagem de avião do Lubango para Luanda, realizou-se a reunião com Suas Excelências o Ministro da Agricultura e Florestas, Eng.º Marcos Alexandre Nhunga e o Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Eng.º José Carlos Bettencourt, tendo estado presentes o Eng.º Hermenegildo Keane dos Santos e o Eng.º José Manuel Baptista, com o propósito de efectuar o balanço da visita realizada aos perímetros irrigados do Caxito, Humpata, Gangelas e Matala, em Angola.

Em primeiro lugar, impunha-se agradecer o honroso convite dirigido ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, de Portugal, para nomear um técnico para visitar alguns perímetros irrigados de Angola, no sentido de fazer o diagnóstico sobre o respectivo modo de funcionamento e o modelo de gestão adoptados, assinalando os problemas encontrados, mas também, relevando os aspectos positivos.

Após a conclusão da visita que se considerou bastante enriquecedora e que permitiu tomar contacto com uma realidade diferente e trocar experiências no que diz respeito ao funcionamento e gestão dos perímetros irrigados, apraz registar o modo inexcelável como esta visita foi acompanhada pelo Eng.º Hermenegildo Keane dos Santos e o Eng.º José Manuel Baptista que de uma forma diligente, interessada e profissional proporcionaram todo o apoio e deram toda a informação relevante, não se poupando a esforços para evidenciar as características mais importantes dos perímetros irrigados visitados.

Agradecimento extensivo aos responsáveis das sociedades gestoras desses perímetros e ao Eng.º Paulo Tembo, da SOPIR, que integrou a visita ao perímetro do Caxito.

As conclusões retiradas da presente visita e expostas ao senhor Ministro da Agricultura e Florestas encontram-se assinaladas no capítulo seguinte deste relatório. Nesta reunião houve ainda oportunidade para apresentar alguns aspectos do Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola em Portugal, nomeadamente, no que se refere à classificação, ao regime económico e financeiro, ao modelo de gestão e à protecção da integridade das infra-estruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas.

Conclusões

Concluída a visita aos perímetros irrigados do Caxito, Humpata, Gangelas e Matala importa sublinhar que os estrangulamentos verificados decorrem mais dos **critérios de atribuição aos agricultores das parcelas a irrigar**, de **problemas financeiros graves das sociedades gestoras dos perímetros irrigados** e da **ausência de legislação adequada que regule o funcionamento dos perímetros**, do que do modelo de gestão adoptado que assenta em sociedades anónimas de capital misto com participação maioritária do Estado, representado nessas entidades pela Sociedade para o Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados (SOPIR).

- Critério de atribuição aos agricultores das parcelas a irrigar:

O critério que preside à selecção dos agricultores que são instalados nos lotes, carece de ser aperfeiçoado, na medida em que muitos deles, tanto quanto se pôde observar, não têm vocação para a agricultura, nem apresentam capacidade técnica e financeira para aproveitarem as condições que lhes são oferecidas, não tirando o devido rendimento das parcelas, ou no limite abandonando a sua exploração, deixando os equipamentos sujeitos a roubos e a actos de vandalismo.

Medidas de segurança que promovam a protecção das infra-estruturas e dos equipamentos são absolutamente necessárias, pois não é possível ter expectativas quanto ao bom funcionamento dos perímetros, quando muitos dos seus equipamentos estão destruídos ou foram roubados. Uma solução poderá, ser, como foi sugerido, que os agricultores sejam responsabilizados pelos equipamentos que lhes forem entregues aquando do contrato de exploração dos seus lotes.

- Problemas financeiros graves das sociedades gestoras dos perímetros irrigados

Com efeito, se as referidas sociedades não se confrontassem com os graves problemas de liquidez observados, tendo inclusive os salários em atraso dos administradores, técnicos e pessoal em geral, que não lhes possibilitam efectuar os investimentos necessários e urgentes na conservação e reabilitação das infra-estruturas e na substituição e reparação dos equipamentos, poderiam criar

condições de irrigação adequadas para os agricultores e obter, assim, as indispensáveis receitas para uma gestão equilibrada do ponto de vista financeiro dos perímetros.

É de relevar que apesar das condições difíceis que atravessam, pelos motivos expostos, os seus responsáveis, sem excepção, mostraram-se totalmente disponíveis para nos receber cordialmente, tendo efectuado uma descrição das principais características dos perímetros e dos constrangimentos com que se confrontam na sua gestão, além de se terem manifestado sempre disponíveis para responder de forma transparente às questões colocadas.

- Ausência de legislação adequada que regule o funcionamento dos perímetros

Um dos principais problemas legislativos que se identificaram, prende-se com a ausência da aprovação pelo ministro competente dos valores das taxas de rega a aplicar nos perímetros aos seus beneficiários.

De facto, apesar dos regulamentos elaborados para os perímetros estabelecerem determinados valores para as taxas, a sua não aprovação não confere suficiente legitimidade às sociedades gestoras para obrigarem os agricultores ao cumprimento dos seus deveres no que se refere ao pagamento das taxas. É sintomático que a Sociedade Gestora Caxito Rega designe essa taxa apenas como uma taxa de contribuição.

Em consequência, essas sociedades não obtêm as verbas requeridas para assegurarem uma conveniente conservação das infra-estruturas e dos equipamentos e ainda menos para efectuarem obras de reabilitação.

Por outro lado, será importante dispor de legislação que defina o regime jurídico de funcionamento dos perímetros irrigados, indicando de forma clara as obrigações e os deveres de todas as partes intervenientes.

Essa legislação deverá apontar o modelo de gestão pretendido e contemplar disposições que garantam a salvaguarda das infra-estruturas e dos perímetros, e assegurar que os objectivos para que foram construídos são alcançados.

A definição clara do regime económico e financeiro a adoptar também se considera relevante, bem como a classificação dos perímetros em distintos grupos consoante a sua natureza e interesse.

Neste último caso devem ser assinalados aqueles que, pelo seu interesse, devem ser da responsabilidade do Estado, desde a concepção até à construção e entrega da exploração à entidade gestora.

No que se refere aos perímetros visitados, dado o seu inegável interesse para o desenvolvimento da região onde se enquadram, sugere-se que o Estado assuma os encargos necessários para a sua reabilitação, repondo as condições indispensáveis para retomar o seu regular funcionamento e correcta exploração.

De igual modo, se entende ser desejável que o Estado assuma a construção das infra-estruturas necessárias para expandir a área irrigada a toda a área definida para os perímetros, de modo a conseguir economias de escala, dotar as entidades gestoras de maiores receitas e satisfazer as expectativas dos agricultores que pretendem ver beneficiadas as suas terras pela irrigação.

Com efeito, não é realista admitir que as sociedades gestoras, que assumidamente, nesta conjuntura, não têm meios financeiros sequer para fazer obras de reabilitação, consigam executar as obras necessárias para equipar as áreas de expansão previstas.

Também se recomenda que estas obras sejam realizadas sem interrupções, pois um dos problemas observados tem a ver com os actos de vandalismo nas obras e equipamentos cuja execução foi suspensa.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2019

O Chefe de Divisão do Regadio

José Pombo